

Decisão sobre CPI dos Bingos pode ficar com a CCJ

José Sarney reafirma que cabe aos líderes indicar membros da CPI. Comissão de Justiça pode decidir questão.

Páginas 4 e 5

Magno Malta se defende e recebe apoio de senadores

Magno Malta negou que tenha tentado negociação com o governo para não instalar CPI. Diversos senadores o apoiaram.

Página 5

Dedução integral no IR de gastos com educação

Comissão de Educação aprovou projeto que permite abater integralmente no IR despesas escolares.

Página 8

Tebet debate com Palocci nova Lei de Falências

Relator da nova Lei de Falências, Ramez Tebet terá outro encontro com ministro da Fazenda para debater projeto.

Página 8

Plenário conclui votação do modelo do setor elétrico

Senadores aprovam criação da Empresa de Pesquisa Energética e acolhem emendas do relator ao projeto que regula comercialização de energia elétrica



Os projetos de conversão das medidas provisórias foram aprovados pelo Senado com modificações e, por isso, retornam ao exame da Câmara dos Deputados. O empréstimo do BID à prefeitura de São Paulo teve votação bloqueada pela leitura, em Plenário, de três medidas provisórias, atendendo a requerimento da senadora Heloísa Helena, como determina o Regimento Interno.

AGENDA Plenário votou propostas em sessão dominada por debates sobre instalação da CPI dos Bingos

Página 3



Uma chuva de pétalas de rosas brancas e vermelhas marcou a homenagem. O presidente do Senado, José Sarney, saudou a mulher política, que "cuida de sua família e ajuda a construir um país melhor"

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Chuva de pétalas anima a luta pela igualdade

Parlamentares, ministras, militantes feministas, diplomatas e outros convidados participaram ontem da sessão especial do Congresso Nacional. Foram entregues os prêmios Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco agraciadas

Páginas 6 e 7

Paim elogia incentivos do governo para a construção civil

O senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou ontem as medidas anunciadas pelo governo para fomentar a construção civil no país. Ele ressaltou a liberação,



Paim ressalta potencial do setor para gerar emprego

pelo ministro da Fazenda, de R\$ 1,5 bilhão para financiamento de casas populares. O parlamentar defendeu a aprovação de projeto de sua autoria, pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que estabelece o investimento de pelo menos 75% dos recursos da poupança na construção de casas para a população de baixa renda (PLS 55/03). Segundo Paim, as medidas anunciadas pelo governo podem se somar ao seu projeto.

– A construção civil tem um efeito multiplicador: para cada cem empregos diretos na construção civil, geram-se 265 empregos indiretos em outros setores – afirmou o senador, apontando ainda para o grande déficit habitacional no país.

Pesar

Paim apresentou requerimento de pesar, aprovado em Plenário, pelo falecimento do escritor, jornalista e historiador gaúcho Décio Freitas, falecido ontem, em sua residência em Porto Alegre, aos 82 anos de idade. De acordo com as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família e à Assembleia Legislativa do estado, onde foi realizado o velório.

Agenda

Senado analisa três medidas provisórias

O Plenário discute hoje, a partir das 14h30, três medidas provisórias. A primeira delas, a 143/03, extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação. A MP 146/03 trata da reestruturação da

carreira previdenciária. A terceira medida, a 147/03, institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior. Se essas MPs forem votadas, pode ser analisado empréstimo para a prefeitura de São Paulo.

Sarney recebe movimento pela aposentadoria das donas-de-casa

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h, o procurador-geral do Amapá, Ricardo Oliveira; às 11h30, o subprocurador-geral da

República, Geraldo Brindeiro; e, às 12h, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Cláudio Baldino Maciel. Às 16h, Sarney

recebe as participantes da Marcha Nacional em Defesa da Aposentadoria das Donas-de-Casa, que entregam um abaixo-assinado ao presidente da Casa.

CCJ vota ampliação de rigor para crime de trabalho escravo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina hoje, às 10h, projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que altera o Código Penal, aumentando a pena de cinco para dez anos de reclusão mais multa para quem



submeter pessoas ao regime de trabalho escravo (PLS 208/03). A matéria também será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O colegiado vota ainda projeto para diminuir desigualdades regionais (PLS138/02).



Seguro-desemprego na pauta da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota, às 11h, duas propostas que tratam do seguro-desemprego. O primeiro projeto (PLS 54/02), de autoria do então senador Lauro Campos, aumenta para dez meses o período máximo do benefício, enquanto o segundo (PLS 166/02) estende aos beneficiários do seguro-desemprego a concessão de vale-transporte.

Comissão examina compra de ações pela Vale do Rio Doce

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) examina hoje, às 11h30, avisos do TCU sobre as atividades do órgão no primeiro trimestre de 1999 e no segundo de 2000. O colegiado deve analisar ainda projeto (PDL 114/96) que anula compra de ações da Urucum Mineração S/A pela Vale do Rio Doce. Às 15h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Desmanche faz reunião administrativa para definição da pauta.



Abertura de ciclo de palestras

Amanhã, às 14h30, será realizada cerimônia de abertura do "Ciclo de Palestras sobre Sistemas de Informação no Legislativo", a ser realizado de 11 a 26 de março no auditório do Interlegis. O evento será transmitido por videoconferência para as assembleias legislativas do país. Informações: (61) 311 3942.

Adiada reunião da CMO

A votação do novo relatório ao Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi remarcada para amanhã, às 10h30. A razão do adiamento foi a falta de quórum, ontem, entre os parlamentares. A matéria está na pauta da comissão desde o fim de 2003. A CMO vota ainda avisos do TCU.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Falta projeto de desenvolvimento para a Amazônia, alerta Mozarildo

Lembrando que a Amazônia ocupa 60% do território nacional e abriga imensas riquezas, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) reclamou da falta de projetos para a região. Ele lamentou a ausência de ações dos órgãos públicos que visem o desenvolvimento da região e a valorização dos 25 milhões de habitantes que ali vivem. O senador criticou



Região precisa ser mais valorizada, afirma Mozarildo

ainda a visão daqueles que afirmam que a Amazônia está sendo devastada e que tudo na região é feito de forma irregular. Mozarildo defendeu o fortalecimento de universidades e centros de ensino, conforme projeto de sua autoria aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara (PEC 75/03).

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou os esforços para a criação do Calha Norte, e lamentou "que os órgãos não se têm feito presentes nas unidades formadas pelo Exército".

Garibaldi pede apoio para os produtores de camarão

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) se solidarizou ontem com os produtores de camarão, que estão sendo acusados pelos produtores americanos de praticar *dumping* (venda por preço abaixo do custo). O parlamentar pediu ao governo que crie condições para que os produtores possam resistir ao período de investigação, solicitada pelos Estados Unidos. Garibaldi requereu especial atenção para a abertura de crédito, principalmente pelo Banco do Nordeste e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



Garibaldi: setor está sendo acusado de dumping

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) se solidarizou ontem com os produtores de camarão, que estão sendo acusados pelos produtores americanos de praticar *dumping* (venda por preço abaixo do custo). O parlamentar pediu ao governo que crie condições para que os produtores possam resistir ao período de investigação, solicitada pelos Estados Unidos. Garibaldi requereu especial atenção para a abertura de crédito, principalmente pelo Banco do Nordeste e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Comissão fecha relatório sobre regionalização no rádio e na TV

A comissão de regionalização e qualidade da programação deve encaminhar amanhã, ao plenário do Conselho de Comunicação Social (CCS), o seu relatório acerca da proposta de regulamentação do dispositivo constitucional que determina a regionalização da produção nos meios de comunicação, que faz parte do projeto de lei da Câmara (PLC 59/03) da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). A informação foi dada pela presidente da comissão, Berenice Bezerra, representante dos artistas no CCS.

A reunião de ontem foi suspensa pela presidente depois de três horas de discussões, para que os conselheiros que compõem a comissão possam analisar as contribuições oferecidas pela autora do projeto, pelo relator da proposta na Câmara, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), e pelos representantes dos setores das redes comerciais de televisão. Também serão examinadas as sugestões das redes estatais e educativas de televisão, das rádios, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Ministério da Cultura, dos produtores e realizadores, dos analistas e negociadores da proposta e de outros setores do mercado.

– Estamos buscando convergência dos interesses para que a proposta possa representar o fortalecimento da regionalização na radiodifusão, de acordo com o interesse público – declarou Berenice.

Melhoria

A presidente da comissão de regionalização informou que as apreciações vão se concentrar em pontos sobre os quais o conselho vai poder contribuir para aperfeiçoar o projeto.

– Estamos caminhando para isso – anunciou a conselheira.

Também participaram da reunião da comissão os conselheiros Paulo Machado de Carvalho Neto (representante das empresas de rádio), Roberto Wagner Monteiro (representante das empresas da imprensa escrita), Daniel Herz (representante dos jornalistas), Chico Pereira (representante dos radialistas), Geraldo Pereira dos Santos (representante dos profissionais de cinema e vídeo) e Ricardo Moretzsohn (representante da sociedade civil).

Senado aprova novo modelo elétrico. Projeto volta à Câmara

■ Emendas do relator foram integralmente acolhidas pelo Plenário, que rejeitou todos os destaques

O Plenário do Senado concluiu ontem a votação da Medida Provisória 144/03, que introduz o novo modelo de comercialização de energia elétrica para o país. As emendas apresentadas pelo relator da matéria, senador Delcídio Amaral (PT-MS), foram incorporadas sem alteração à MP que volta

agora à apreciação da Câmara dos Deputados, já que o Senado fez alterações ao texto enviado por aquela Casa.

Todos os destaques para a supressão ou alteração das emendas propostas pelo relator foram rejeitados pelo Plenário. Entre os destaques rejeitados figura o da senadora Heloísa Helena (sem partido-AL), que queria ver explicitada no texto a garantia de que pequenas distribuidoras de energia elétrica federalizadas, inclusive a do estado de Alagoas, não seriam privatizadas. Permaneceu o ponto de vista do governo de que esta garantia ficaria expli-

citada apenas no caso de empresas consideradas como componentes da grande estrutura do setor como Furnas.

Regulamentação

Já o senador José Jorge (PFL-PE) apresentou destaque com o objetivo de devolver ao Congresso Nacional a garantia de legislar sobre a regulamentação do setor elétrico, que o projeto de conversão reservou ao governo na forma de decretos e portarias. Também nesse caso, prevaleceu o ponto de vista do relator, que defendeu os termos do acordo de líderes.

Ainda em relação à mudança no modelo do setor elétrico,

foi aprovado pelo Senado o Projeto de Lei de Conversão 2/04, proveniente da Medida Provisória 145/03, que cria a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A empresa tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados. O Plenário rejeitou requerimento de destaque apresentado pelo senador Sérgio Cabral, que pretendia manter a sede da EPE no Rio de Janeiro, conforme o que havia aprovado a Câmara dos Deputados.



ENTENDIMENTO Senadores confirmaram acordo das lideranças que mantém o papel do governo federal na regulamentação do setor

Leitura de MPs bloqueia pauta e impede votação

O empréstimo de US\$ 100,4 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) à prefeitura de São Paulo teve votação bloqueada pela leitura de três medidas provisórias, em Plenário, atendendo a requerimento da senadora Heloísa Helena (sem partido-AL), como determina o Regimento Interno. As medidas provisórias lidas são as de números 143/03, 146/03 e 147/03, e as votações da Casa só podem prosse-

guir quando as MPs forem aprovadas ou rejeitadas.

A MP 143/03 extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação; a 146/03 trata da reestruturação da carreira previdenciária; e a 147/03 institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior. O Plenário acabara de votar a medida provisória que cria a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) quando a senadora Heloísa Helena apresentou sua

questão de ordem: se havia MPs chegando à Mesa, teriam que, regimentalmente, ser lidas.

O presidente José Sarney determinou a leitura e a ordem do dia foi interrompida. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), protestou, dizendo que as MPs deveriam ser lidas no começo ou no encerramento da sessão. Segundo Mercadante, havia matérias importantes esperando votação, como o empréstimo à prefeitura de São

Paulo e um projeto de lei de combate à violência doméstica contra a mulher.

Heloísa contestou as afirmações do líder do governo.

– Não aceito a insinuação de que estamos prejudicando projetos em defesa da mulher oprimida – disse a senadora, acrescentando que a liderança do governo deveria estar mais atenta, “porque parece habituada ao rolo compressor que implantou nas comissões”.

CPI DOS BINGOS Faculdade de o presidente da Casa indicar representantes de partidos para comissão é defendida por alguns senadores. Sarney contesta, com o argumento de que não pode atropelar a decisão das lideranças

Sarney reafirma que não pode indicar membros

O presidente do Senado, José Sarney, reiterou que não poderia atropelar os líderes partidários e indicar os integrantes da maioria para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos.

– Não seria democrático. Ao contrário, seria arbitrário, seria autoritário, seria até mesmo inconstitucional, e os líderes partidários poderiam facilmente me contestar e desfazer tudo – esclareceu Sarney, em resposta à conclamação que lhe fez a oposição para que indique os integrantes da CPI.

Sarney disse que, ao contrário do que afirmaram os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Jefferson Péres (PDT-AM), Efraim Morais (PFL-PB) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), quando o Regimento do Senado é omissivo, não se deve recorrer ao Regimento Comum (atuação



AVALIAÇÃO José Sarney afirma que parecer técnico apresentado por Pedro Simon não representa a posição da Consultoria da Casa

conjunta do Congresso).

– O Regimento do Senado é que deve ser consultado em caso de omissão do Regimento Comum, porque o Regimento do Senado é que é constitucional.

Pedro Simon sustentou que as CPIs são um direito da minoria, lembrando que bastam as assinaturas de um terço dos senadores para se instalar uma. “Por que não seguir a orienta-



ção inicial do líder Mercadante, a maioria indica seus membros e obtém o controle da CPI?”, indagou o representante gaúcho.

– Temos, então, uma ditadura da maioria, que decidiu que não haverá CPI e pronto, de forma autoritária e antidemocrática revogaram um dispositivo constitucional e regimental – protestou Simon.

Virgílio invoca poderes do Regimento Comum e Simon apresenta parecer

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), instou ontem o presidente do Senado, José Sarney, a indicar os integrantes da CPI dos Bingos, uma vez que os líderes dos partidos da base governista já declararam que não o farão. Como os partidos da oposição já providenciaram suas indicações, cabe ao presidente da Casa indicar os demais, disse o parlamentar.

– Se o presidente não concordar com minha argumentação, vou recorrer ao Plenário e à Comissão de Constituição e Justiça. Se essa CPI não for instalada, estará ferido o direito da minoria de pedir investigações sobre qualquer governo que tenha maioria no Legislativo.

Em questão de ordem, Virgílio fez uma minuciosa análise dos preceitos da Constituição e dos Regimentos Comum e do Senado sobre CPIs e direitos das minorias, para assegurar que as únicas exigências são a assinatura de um terço dos senadores no requerimento e a existência de um fato determinado a examinar.

O senador citou ainda o pre-



PRECEDENTE Arthur Virgílio cita o caso da CPI da Vasp, instalada depois de recurso ao STF

cedente, em 1992, da CPI da Privatização da Vasp, quando o então deputado José Felinto recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que a comissão fosse instalada, exatamente porque alguns líderes não queriam indicar os representantes de seus partidos, numa manobra para inviabilizar a comissão.

Rejeição

Ao rejeitar a questão de ordem, Sarney observou que o Regimento Comum é de 1970, e em nenhum momento se refere a CPIs quando atribui ao presidente do Congresso a responsabilidade pela indicação

de membros de comissões. O Regimento Comum, disse, refere-se a outras comissões mistas, que dependem de prazos de reunião e votação, e não a CPIs.

– Estou cumprindo com o meu dever, e fato semelhante já aconteceu em 1996. Não posso atropelar os líderes partidários, eu seria questionado no Supremo Tribunal Federal, seria contestado pelos líderes, que me poderiam desautorizar. Não é da competência do presidente do Senado indicar membros de CPIs.

Sarney também abordou documento apresentado por Pedro Simon, e assinado por um consultor do Senado, que atribui ao presidente o poder de indicar os membros da CPI, em caso de omissão das lideranças.

– Eu tenho aqui um documento do consultor-geral da Casa que diz que o parecer de um consultor não representa a posição institucional da Consultoria, é apenas o parecer de um técnico, como subsídio ao trabalho do senador que o solicitou – explicou.



INVESTIGAÇÃO “Não abro mão do meu direito de fiscalizar o Executivo”, adverte Heloísa

Heloísa pede que decisão seja analisada pela CCJ

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) recorreu ontem da decisão do presidente do Senado, José Sarney, de eximir-se de escolher integrantes para uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigaria os bingos no país. Sarney anunciou sua decisão após os líderes governistas divulgarem que se recusam a indicar os representantes de seus partidos para integrar a CPI. Agora caberá à Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinar a decisão do presidente da Casa.

Heloísa argumentou que discorda da interpretação dada por Sarney ao dispositivo constitucional que estabelece o direito da minoria de criar uma CPI e valeu-se do Regimento Interno do Senado para recorrer da decisão, pedindo o exame do assunto na CCJ. Presidindo os trabalhos, Sarney afirmou que sua decisão de não indicar senadores se refere a qualquer comissão do Senado, diante da possível omissão dos líderes. Ele, no entanto, reconheceu o direito de Heloísa Helena recorrer à CCJ por discordar de sua interpretação.

Heloísa pediu a Sarney que ele respondesse se os líderes da base do governo teriam se recusado oficialmente a fazer as indicações para a CPI. O presidente do Senado respondeu que oficialmente eles não haviam se recusado, mas que se pronunciara tendo em vista a nota divulgada pelos líderes à imprensa. Com isso, a senadora decidiu recorrer.

– Não sou comandada pelos líderes governistas e não abro mão do meu nobre direito, como parlamentar, de fiscalizar os atos do Executivo – afirmou.

“Canetada não elimina direito da minoria”, diz José Agripino

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse que seu partido irá recorrer a todos os expedientes legais para assegurar aos senadores que integram a minoria na Casa o direito garantido pela Constituição de instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar os bingos no país. Para ele, se o presidente do Senado não instalar a CPI, indicando os integrantes da comissão ante a recusa dos líderes governistas, estará descumprindo a Constituição.

– Seja por mandado de segurança ou por ação direta de inconstitucionalidade, o PFL lutará para garantir à oposição, que tem a obrigação de fiscalizar o governo, o direito de criar uma CPI para investigar um caso flagrante de corrupção. Está em jogo uma prerrogativa do



RECURSOS Agripino afirma que PFL lutará para a criação da CPI que investigará corrupção

Poder Legislativo – afirmou.

Agripino rebateu os argumentos da base governista de que não haveria fato determinado para instalação da CPI e discordou da posição adotada pelo presidente do Senado, José Sarney, de não escolher os integrantes da comissão.

– Um cidadão não pode, a uma canetada, eliminar da Constituição a prerrogativa da minoria de instalar uma CPI, que é um instrumento de defesa da sociedade. Há fato determinado, um vídeo comprovando corrupção, e prazo, como determina a lei – ressalta ele.

CPI DOS BINGOS

Magno Malta pode deixar o PL e vai pedir investigação da Corregedoria do Senado. Jefferson fez alerta sobre o fim das CPIs, caso a comissão dos bingos não seja instalada. E Eduardo quer a questão examinada pela CCJ

Efraim define nomes para cumprir o regimento



Efraim diz que indicação atende ofício de Sarney

O líder do bloco da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), indicou os nomes de senadores da oposição para a CPI dos Bingos: Alvaro Dias (PSDB-PR), Antero Paes de Barros (PSDB-MT),

Demostenes Torres (PFL-GO), José Jorge (PFL-PE), além do próprio Efraim. Como suplentes, foram indicados Arthur Virgílio (PSDB-AM), Jorge Bornhausen (PFL-SC) e José Agripino (PFL-RN).

Efraim disse que indicava os nomes para cumprir o Regimento Interno do Senado, atendendo ao ofício do presidente da Casa, José Sarney, e à vontade de 80% da população, segundo as pesquisas.

Eduardo requer análise de requerimento pela CCJ



Eduardo: "Não compete a Sarney designar membros"

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem questão de ordem para que o requerimento de autoria do senador Magno Malta (PL-ES), que cria a CPI dos

Bingos, seja encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que se verifique a existência ou não de um fato determinado a ser apurado.

Para ele, o Regimento Interno do Senado é claro ao determinar que é da competência exclusiva dos líderes a indicação dos membros de uma CPI e, caso não os indiquem, não compete ao presidente do Senado indicá-los.

Magno Malta desmente acusação e pode deixar PL

O senador Magno Malta (PL-ES) negou que tenha tentado negociar com o governo a apresentação do requerimento de instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar os bingos. Ele informou que, acompanhado pelo presidente do PL, deputado federal Valdemar Costa Neto (PL-SP), vai procurar o vice-presidente da República, José Alencar, e colocar-se à disposição para deixar o partido, para evitar constrangimentos. Magno Malta informou ainda que encaminhará ofício à Casa Civil da Presidência da República solicitando a demissão de todas as pessoas que foram indicadas por ele para cargos públicos federais.

Outro desmentido feito por Magno Malta foi o de que conversa telefônica que manteve, do seu gabinete, com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, tenha sido ouvida por



ATITUDE Magno Malta anuncia que pedirá demissão dos que foram recomendados por ele

jornalistas através do recurso "viva-voz" do seu telefone. Ele disse que renunciaria ao cargo se qualquer repórter confirmasse que testemunhou a conversa.

O senador pelo Espírito Santo comentou que, desde as denúncias apresentadas pela imprensa envolvendo o ex-assessor parlamentar da Presidência da República Waldomiro Diniz, conversou apenas uma vez por

telefone com Dirceu e, na ocasião, apenas o senador Aelton Freitas (PL-MG), que confirmou a versão, estava presente.

– Quero dizer que o governo nunca me pediu nada, não me pressionou, nem eu nunca pedi nada ao governo. Recebi no meu gabinete os senadores Paulo Paim (PT-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Tião Viana (PT-AC) e Ideli Salvatti (PT-SC). Ouvi todas as ponderações, mas não pedi nada a ninguém. Negociar a apresentação do requerimento de CPI seria um comportamento de ladrão de galinha – declarou o senador.

Magno Malta lembrou que, durante o último período eleitoral, atendeu a convites feitos por petistas de vários estados para participar de suas campanhas e, em diversas ocasiões, trabalhou para "dessatanizar" o então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva junto ao eleitorado evangélico.

Senador pede investigação da corregedoria

Atendendo a sugestão feita em aparte pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), o senador Magno Malta informou que vai protocolar um pedido de investigação junto à Corregedoria do Senado ou ao Conselho de Ética da Casa sobre as denúncias de que teria tentado negociar a apresentação do requerimento propondo uma comissão parlamentar de inquérito para investigar os bingos no Brasil.

Jefferson opinou que a declaração feita pelo senador Tião Viana (PT-AC), de que teria retirado sua assinatura do requerimento de CPI por ter ficado "enojado e com ânsia de vômito", teria que ser mais bem explicada. Na avaliação do senador pelo Amazonas, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) também precisaria esclarecer por que teria afirmado que Magno Malta havia se comportado de forma pouco ética durante o episódio.

O senador Tião Viana confirmou que é sua a expressão de que a CPI estava lhe causando náuseas. Ele opinou que o episódio da CPI dos Bingos não trouxe nenhum benefício para

o país. Já o senador Paulo Paim (PT-RS) negou que Magno Malta tenha negociado a apresentação do requerimento para a instalação da CPI.

Na avaliação do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a tentativa do governo de difamar Magno Malta visa desviar o foco das atenções das denúncias envolvendo o ex-assessor parlamentar da Presidência da República Waldomiro Diniz. Concordando que o caso precisa ser investigado pelo Conselho de Ética, o senador Efraim Morais (PFL-PB) sugeriu a convocação dos que apresentaram denúncias contra Magno Malta para que provem o que disseram.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) disse que viveu situação parecida com a de Magno Malta quando, em 1999, propôs a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias envolvendo o então ministro dos Esportes, Rafael Grecca. Ele registrou que teve que se desfiliar do PSDB para não responder a processo no conselho de ética do partido. Já os senadores Mão

Santa (PMDB-PI) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ) solidarizaram-se com Magno Malta e destacaram a coragem com que ele sempre pautou sua vida pública.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) confessou ter ficado envergonhado com alguns integrantes da base governista pelos ataques feitos a Magno Malta. E disse que é muito doloroso, para alguém que passou um ano votando a favor das propostas do Planalto, ser tratado com ingratidão. O senador Sibá Machado (PT-AC) opinou que os senadores Tião Viana e Ideli Salvatti foram mal interpretados.

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) comentou que o episódio demonstra que o governo não tem aliados, tem apenas interesses. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou sua solidariedade a Magno Malta e avaliou que o importante é definir se a Casa deve ou não instalar a CPI dos Bingos. Já o senador José Sarney (PMDB-AP) testemunhou a dedicação de Magno Malta no combate ao crime.



MANOBRAS Jefferson pede ao presidente do Senado que indique os membros

Jefferson teme fim de CPIs se governo não indicar nomes

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) alertou em discurso que o instituto da comissão parlamentar de inquérito (CPI) poderá "ser jogado no lixo" se os líderes dos partidos da maioria governista não indicarem os membros da CPI dos Bingos, criada por requerimento encabeçado pelo senador Magno Malta (PL-ES). O parlamentar lembrou que a Constituição estabelece apenas duas exigências para uma CPI – que haja assinatura de um terço dos senadores e haja fato determinado a ser investigado – e as duas foram atendidas.

Jefferson reconheceu que o senador José Sarney não pode indicar os integrantes da CPI dos Bingos no lugar dos líderes governistas. No entanto, como os líderes não querem fazer tal indicação, ele propôs ao presidente do Senado que cumpra a Constituição e indique os representantes.

Ao indicar os integrantes da CPI, declarou o senador, Sarney "poderá arranhar um pouco suas relações com o Executivo, mas elas podem ser recompostas em pouco tempo, sem deixar cicatrizes. Mas uma decisão que diminua o Senado será rachadura em cristal, que não se restaura nunca".

José Sarney ponderou que a Constituição cita o Regimento do Senado nesse caso e, assim, ele não poderia se utilizar do Regimento Comum do Congresso e, por analogia, indicar os senadores da CPI dos Bingos, mesmo que os líderes da Maioria não o façam. Disse que poderia ser questionado imediatamente no Supremo Tribunal Federal.



Com música de Milton Nascimento e poesia de Cora Coralina, o Congresso presta homenagem à mulher brasileira. O presidente do Senado destaca o trabalho delas na política. Serys diz ser necessário pôr fim às discriminações na família, na profissão e na política. Lúcia Vânia afirma que financiamento público de campanhas pode ajudar a mulher a conquistar mais espaço

Uma sessão com rosas brancas e vermelhas

Uma chuva de pétalas de rosas brancas e vermelhas – anunciada com entusiasmo pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), ao presidir a Mesa – marcou a sessão especial do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Realizada na manhã de ontem, no Plenário do Senado, a comemoração teve a participação de parlamentares, ministras, militantes feministas, diplomatas e outros convidados.

Ao abrir a sessão, o presidente da Casa, senador José Sarney, fez saudação especial à mulher política, esta que, como observou, cumpre dupla jornada de trabalho, ao cuidar de sua família e ajudar a construir um país melhor.

Ele convidou a participar da Mesa as ministras Marina Silva, do Meio Ambiente, e Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e o presidente da Câmara, João Paulo Cunha.

Durante a cerimônia, foram entregues os prêmios Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco agraciadas por suas contribuições à causa feminina: a presidente da Fundação Teatro São Pedro, Eva Sopher; a responsável pela



HOMENAGEM Coral do Senado canta o Hino Nacional Brasileiro e *Maria, Maria*, de Milton Nascimento

Delegacia de Defesa da Mulher de Roraima, Maria Gleyde Martins Costa; a fundadora do grupo SOS Mulher, Maria Aparecida Schumacher; a defensora pública Mônica Maria de Paula Barroso; e a ex-deputada

Zuleika Alambert.

A homenagem às mulheres foi aberta por uma apresentação do Coral do Senado, que cantou o Hino Nacional e a canção *Maria, Maria*, de autoria de Milton Nascimento e Fernando Brandt.

A funcionária Eliane Manhães, integrante do coral, leu ainda da tribuna do Plenário o poema *Ofertas de Aninha (Aos Moços)*, da poetisa goiana Cora Coralina.

Em seguida à apresentação, Sarney passou a presidência da sessão à senadora Serys Slhessarenko, que disse nunca ter visto, desde que chegou à Casa, um Plenário “tão bonito e lotado”.

A senadora agradeceu ao senador José Sarney pela criação da comissão especial do Senado encarregada de programar as atividades do Ano da Mulher, em 2004, anunciou a presença na cerimônia do autor do projeto que instituiu a homenagem, deputado Maurício Rabelo (PL-TO), e informou que o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, também já estava providenciando a criação de uma comissão especial com o mesmo objetivo.

JOSÉ SARNEY



Intuição é característica da mulher

O presidente do Senado, José Sarney, abriu ontem a sessão solene do Congresso em comemoração ao Dia Internacional da Mulher homenageando a mulher política – “que participa, em sua dupla jornada, da tarefa de criar famílias e construir o Estado”.

O senador afirmou que, “direta ou indiretamente, sempre tivemos no comando de nossa sociedade as mulheres, com sua extraordinária inteligência intuitiva”, e reportou-se às circunstâncias em que, como presidente da República, criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

– Não foi um gesto paternalista, mas o atendimento à reivindicação de criar um órgão voltado para a mulher – disse.

SERYS SLHESSARENKO

Participação nas eleições vai aumentar

A presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, senadora Serys Slhessarenko, conclamou toda a sociedade a continuar a luta pela igualdade das mulheres em todos os setores.

Ela disse ser necessário pôr fim à discriminação contra a mulher na família, na profissão e na política.

A senadora afirmou que o ano de 2004 é decisivo para as mulheres. O poder delas, acredita Serys, vai aumentar nos municípios.

– Queremos muitas prefeitas e vereadoras assumindo a luta das mulheres para valer e com a responsabilidade que nos cabe na sociedade – ressaltou Serys Slhessarenko.



LÚCIA VÂNIA



Financiamento público pode trazer força

O financiamento público das campanhas eleitorais, previsto na proposta de reforma política em análise no Congresso Nacional, poderá ajudar as mulheres, na opinião da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a conquistar maior espaço na vida pública do país, uma vez que elas, em muitos casos, não têm condições de financiar suas próprias candidaturas.

– Já avançamos na política com a criação de cotas para a participação das mulheres nas eleições, mas precisamos ir além e modificar as estruturas dos partidos. Resolva a decisão de partidos de esquerda, que já têm mulheres em suas executivas. Esse é um exemplo que precisa ser seguido – sustentou.

VALADARES

Empenho e compromisso, as prioridades

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que a conquista da igualdade pelas mulheres em relação aos homens não depende exclusivamente de alteração na legislação ou de elaboração de convenções.

Na opinião do senador, é necessário empenho das mulheres, com questionamentos e participação em movimentos que tragam à tona “a nova mulher que é capaz de enfrentar os embates da vida”.

Antonio Carlos Valadares disse acreditar que as mulheres ainda não têm a representação política adequada apesar de constituírem a maioria da população brasileira e figurarem no censo do IBGE como a maioria dos eleitores do país.



ANA JÚLIA



Notificação para reduzir a violência

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por sua decisão de regulamentar, nos próximos 30 dias, lei aprovada pelo Congresso Nacional que torna obrigatória a notificação pelos hospitais, junto às delegacias, de todos os casos de violência contra as mulheres.

– O governo está de parabéns, porque até hoje, segundo as estatísticas, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima de violência – disse Ana Júlia.

A senadora registrou ainda que são mulheres 75% dos beneficiados pelo programa Bolsa-Escola, mantido pela prefeitura de Belém (PA), que paga um salário mínimo às famílias que mantêm seus filhos na escola.

SÉRGIO ZAMBIASI

Eva Sopher, exemplo de determinação

Em pronunciamento na sessão solene do Congresso, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) fez saudação especial a uma das vencedoras da 3ª edição do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz – a presidente da Fundação Teatro São Pedro, Eva Sopher, “verdadeira síntese do movimento cultural gaúcho”, ressaltou.

– Receba os nossos cumprimentos pela luta na preservação da história e da cultura de nosso estado – afirmou.

Sérgio Zambiasi lembrou que Eva Sopher, nascida na Alemanha e naturalizada brasileira, é cidadã honorífica de Porto Alegre, onde presta valiosa contribuição para a cultura e a arte promovendo os mais variados eventos.



Dois livros lançados na Biblioteca Luiz Viana Filho mostram a luta de mulheres pelo reconhecimento de seu trabalho. Dona Marly, Roseana e Michiles recebem homenagens especiais. Maguito Vilela registra apoio de seu partido às reivindicações femininas. Ideli destaca responsabilidade da ocupante de cargo público. Fátima relata drama da mulher amazônica



Livros destacam importância da mulher

O 1º secretário do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), abriu ontem, na Biblioteca Luiz Viana Filho, cerimônia homenageando todas as mulheres, em especial Marly Sarney, mulher do presidente do Senado, José Sarney, e Eunice Michiles, primeira mulher a ocupar o cargo de senadora no Brasil.

Na mesma solenidade, a senadora Roseana Sarney (PFL-MA) foi destacada como a primeira governadora eleita no Brasil e lançou um livro com o perfil biográfico das mulheres agraciadas, nos últimos três anos, com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Ainda na biblioteca, foi lançada a segunda edição do livro *Bibliografia sobre Questões Femininas* e apresentado um show do conjunto musical Toque de Salto.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) procedeu à entrega de placas em homenagem às duas servidoras mais antigas do Senado – Eti Vieira Kritz e Odeth Lopes de Almeida, distinções recebidas respectivamente pelo diretor-geral da Casa, Agaciél da Silva Maia, e por João Carlos Zoghbi, diretor da Secretaria de Recursos Humanos.



RECONHECIMENTO Roseana e Tuma discursam da tribuna, observados por Michiles, Dona Marly e Serys



Romeu Tuma ressaltou a honra de estar ao lado de Marly Sarney e elogiou a capacidade política da senadora Roseana Sarney, terminando por saudar todas as mulheres.

Em seu pronunciamento, Serys lembrou as operárias que morreram, em Nova York, em 1857.

Roseana Sarney afirmou que a superação da ideologia da inferiorização da mulher depende de um trabalho permanente de conscientização da sociedade sobre a importância do convívio entre diferentes.

Ela também louvou a mãe, Marly Sarney, referindo-se a ela como uma mulher forte.

MAGUITO VILELA



Mulher ajuda conquistas democráticas

Em nome da liderança do PMDB, o senador Maguito Vilela (GO) registrou ontem o “apoio incondicional” de seu partido a todas as reivindicações das mulheres brasileiras. Durante a sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, ele observou que o seu partido sempre esteve ao lado das lutas femininas.

– O PMDB tem história neste país e tem orgulho das mulheres filiadas ao partido que se encontram nas câmaras de vereadores, nas prefeituras, nas assembleias estaduais e no Congresso Nacional. As mulheres têm ajudado muito nas conquistas democráticas do país – afirmou o senador por Goiás.

NEY SUASSUNA

Previdência para as donas-de-casa

Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a garantia de previdência para as donas-de-casa. Segundo o senador, para um governo como o do presidente Lula, que afirma ter como prioridade a inclusão social, essa medida de justiça seria das mais bem-vindas, “não apenas porque ampararia na terceira idade quem se dedicou ativamente a trabalhar para a família”, mas porque seria uma medida de proteção social para todos os que convivem com os idosos.

O senador disse ainda que a instituição do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz constitui uma das mais significativas honrarias que o poder público pode conceder para aquelas que lutam pelo fim das injustiças.



PATRICIA SABOYA



Longo caminho em busca da igualdade

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) disse que 2004, ano dedicado à mulher no Brasil, abrirá espaços à reflexão sobre conquistas nas últimas décadas e para que seja possível avançar na busca de melhores condições de vida para as mulheres brasileiras. A senadora afirmou ser necessário defender pontos fundamentais, pois, apesar dos avanços, ainda é preciso percorrer longa trilha pela igualdade do sexo feminino em relação aos homens.

Patrícia Saboya, que preside a comissão parlamentar de inquérito que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes, defendeu atenção especial para o combate ao problema da violência doméstica.

LEONEL PAVAN

Reflexão sobre as ações do governo

Leonel Pavan (PSDB-SC) disse esperar que o Dia Internacional da Mulher sirva não apenas para enaltecer as mulheres que se destacaram em diferentes profissões, mas sobretudo para refletir sobre o que o governo está fazendo para garantir os direitos do sexo feminino. A geração de empregos é uma dessas questões que merecem atenção, ponderou o senador.

Pavan prestou homenagem especial à mãe do tenista Gustavo Kuerten, Alice Kuerten, que está à frente do Instituto Guga Kuerten atendendo portadores de deficiência física e mental. O senador também homenageou as mulheres que trabalham anonimamente como mães e esposas pelo bem-estar de suas famílias.



IDELI SALVATTI



O rosto e a expressão de milhões

As mulheres que ocupam cargos na vida pública têm, segundo Ideli Salvatti (PT-SC), a responsabilidade de representar uma “expectativa ambulante” para milhões de outras mulheres espalhadas pelo país, que buscam exemplos para inspirar sua luta por uma vida melhor.

– Somos o rosto e a expressão de milhões de mulheres. Isso nos leva a refletir se estamos dando conta de ser, para elas, aquela injeção de ânimo, aquela injeção de coragem e estímulo.

A senadora recordou que sua mãe a ensinou a “nunca levar desaforo para casa”. Por isso, sugeriu a todas as mulheres que “retirem o desaforo” de suas vidas, seja em casa, no trabalho, ou em qualquer espaço.

FÁTIMA CLEIDE

Humilhação da mulher da Amazônia

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, Fátima Cleide (PT-RO) expôs em Plenário o drama que, segundo ela, não está em nenhum livro de história: a formação da família na Amazônia, principalmente na parcela mais ocidental, foi realizada com base na sujeição e transformação das mulheres da região em mercadorias.

Citando a ministra do Meio Ambiente e senadora licenciada Marina Silva, Fátima disse que, depois de uma fase de ocupação por grupos de homens seringueiros, foram se formando os primeiros núcleos familiares por meio da captura de índias nas aldeias dizimadas. Elas eram escravizadas e obrigadas a acasalar-se com seringueiros.



Célio Azevedo

Célio Azevedo

Célio Azevedo

J. Freitas

Genildo Magela

Rosevelt Pinheiro

Relator do PPA abre caminho para mudança no superávit

O senador Sibá Machado (PT-AC), relator do Plano Plurianual (PPA), fez uma mudança de última hora em seu parecer que abre caminho para futuras alterações no chamado superávit primário das contas públicas, dinheiro reservado ao pagamento de juros da dívida pública, caso o governo decida modificar sua política econômica. Sibá mudou a redação de um parágrafo, admitindo redução do superávit de 4,25% do Produto Interno (PIB) nas revisões anuais do PPA – que abrange quatro anos (2004-2007).

O novo texto permitirá, por exemplo, a adoção da chamada política econômica anticíclica, pela qual o governo aumentaria o percentual do superávit nos anos de crescimento econômico e faria redução nos períodos de crise, quando a arrecadação cai. Assim, o Executivo manteria os gastos sociais nos períodos de crise, pela redução nas despesas com juros. Essa política anticíclica foi proposta pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), durante as discussões da reforma tributária, mas à época a idéia não foi aceita pela equipe econômica do governo Lula.

A mudança no relatório de Sibá Machado foi apresentada ontem, na forma de uma errata, à Comissão Mista de Orçamento (CMO). Por falta de quórum de deputados e senadores, o parecer não pôde ser discutido nem votado. O presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), convocou nova reunião para amanhã, quando haverá mais uma tentativa de votação do relatório.



DECISÃO Parecer de Sibá Machado pode ser votado amanhã pela CMO



ABATIMENTO Proposta aprovada pela Comissão de Educação inclui despesas efetuadas em cursos de especialização e profissionalizantes

Dedução integral dos gastos com educação tem parecer favorável

Senadores da base governista criticam projeto, por entender que medida favorece apenas uma minoria

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável a projeto que permite a dedução integral, no Imposto de Renda da Pessoa Física, de todos os pagamentos efetuados com educação. De autoria do então senador Carlos Wilson, a proposta teve como relator o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS). Atualmente, o limite dessa dedução anual é de R\$ 1.998. A matéria vai agora à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa.

Senadores da base parla-

mentar do governo manifestaram-se contrários à aprovação da matéria (PLS 81/02). A proposição, segundo Cristovam Buarque (PT-DF), é corporativa e vai beneficiar apenas quem paga Imposto de Renda. Fátima Cleide (PT-RO) informou que o projeto, se transformado em lei, reduziria o Orçamento da União para a área educacional. A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), também criticou a proposição, que a seu ver traria reflexos negativos na educação.

Para o relator, Juvêncio da Fonseca, a posição da base governista não era de se estranhar, “porque o governo não abre mão de deixar de arrecadar nem sequer um centavo”. José Jorge (PFL-PE) lembrou que a educação tem que ser prioridade em qualquer gover-

no, e condenou a posição levantada pelos senadores governistas de que a medida beneficiaria uma minoria.

Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que as mensalidades das faculdades particulares “estão muito caras” e o valor da dedução anual no Imposto de Renda – R\$ 1.998 – dá para pagar às vezes apenas três mensalidades. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) assinalou que a dedução integral seria uma forma de retribuir quem se preocupa em gastar com a educação.

Alunos carentes

Na mesma reunião, a CE, presidida por Osmar Dias (PDT-PR), decidiu submeter à votação o parecer favorável de Leonel Pavan (PSDB-SC) a projeto (PLS 215/03) de autoria da então senadora Íris de Araújo que reser-

va 30% das vagas das universidades públicas para alunos comprovadamente carentes. Para instruir a matéria, será realizada, no próximo dia 23, audiência pública com a presença do ministro da Educação, Tarso Genro.

A comissão rejeitou projeto (PLC 100/00) de autoria do deputado Vic Pires Franco (PFL-PA) que obriga a inclusão de práticas de informática nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

Empréstimos

Osmar Dias anunciou que vai apresentar na próxima semana requerimento solicitando audiências públicas destinadas a debater a intenção do governo federal de conceder ajuda financeira às empresas de comunicação social do país que enfrentam dificuldades.

Ramez Tebet vai definir com Palocci novas mudanças na Lei de Falências

O relator do projeto da nova Lei de Falências, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou ontem que deve ter um novo encontro com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para avançar nos entendimentos sobre as alterações no texto aprovado pela Câmara dos Deputados. A primeira reunião entre os dois ocorreu na véspera do feriado do carnaval, quando ficou acertado que as equipes técnicas do Senado e do Ministério da Fazenda vão discutir e estudar algumas das modificações que estão sendo propostas pelo relator.

Um dos principais pontos é a mudança no Código Tributário Nacional para permitir que empresas em recuperação judicial possam ampliar o prazo de pagamento de suas dívidas fiscais, listadas entre os créditos preferenciais. Tebet disse que sua proposta estende o prazo dos atuais 36 meses para 48 meses. Outra providência importante, que já está decidida pelo relator, é a fixação de limite para o pagamento dos créditos trabalhistas nos processos falimentares, como forma de coibir fraudes. “O que ainda não tenho claro é o valor”, afir-

mou o parlamentar, após a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Audiências

Tebet anunciou que a comissão não deve realizar novas audiências públicas em torno do projeto que regula as falências, substituiu a concordata pela recuperação judicial das empresas e instituiu a negociação direta entre o devedor e seus credores.

Ele informou que 65 emendas já foram protocoladas, sendo 60 de iniciativa da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Uma de suas emendas atende à rei-



DISCIPLINA Tebet deve propor um limite para pagamento de crédito trabalhista

vindicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de fixação do limite de 500 salários mínimos para créditos trabalhistas, incluindo os decorrentes de acidentes de trabalho.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti